



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

1.2. **OBJETO** Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia, com fornecimento de materiais e prestação de serviços, visando à realização de melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann, conforme projetos de engenharia, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e demais documentos anexos.

1.3. O **PREÇO MÁXIMO** aceito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis para o referido objeto é o abaixo indicado. Seguem as especificações e as descrições detalhadas do objeto desta contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	“Execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann”. Conforme projetos de engenharia, planilhas e memoriais descritivos em anexo.	UNID.	1	317.015,20	R\$ 317.015,20
TOTAL				R\$ 317.015,20	

2.2. O objeto caracteriza-se como obra comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo passível de execução por diversas empresas do ramo.

2.3. O detalhamento técnico do objeto, incluindo memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e as especificações técnicas de engenharia, encontram-se definidos de forma precisa, suficiente e clara no Projeto Básico anexo a este Termo de Referência.

2.3.1. Os documentos técnicos que integram a contratação deverão ser interpretados de forma complementar e harmônica. Em caso de divergência entre o Termo de Referência, Projeto Básico, projetos, planilhas, memoriais e demais anexos técnicos, prevalecerá a interpretação que melhor assegure a adequada execução do objeto, observadas as normas técnicas aplicáveis, cabendo à fiscalização dirimir eventuais dúvidas.

2.3.2. Integram a presente contratação, de forma complementar e indissociável, os seguintes documentos técnicos: Projeto Básico, projetos gráficos, memoriais descritivos setoriais, memorial de cálculo, planilha orçamentária, composições de custos, cronograma físico financeiro, relatório fotográfico, ARTs e demais anexos. Todos deverão ser interpretados de forma sistemática, complementar e harmônica.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

2.3.3. O Projeto Básico, com todos os seus anexos técnicos, memoriais, planilhas, cronogramas, desenhos, especificações e ARTs, integra este Termo de Referência para todos os fins, constituindo documento técnico vinculante da contratação.

2.4. O prazo de execução física da obra será de 5 (cinco) meses, conforme cronograma físico financeiro constante dos anexos, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e autorização da Administração.

2.5. O prazo de vigência contratual será de 300 (trezentos) dias, contados da assinatura do contrato, de modo a abranger, além da execução, os atos de mobilização, fiscalização, recebimento provisório, saneamento de pendências e recebimento definitivo, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVICOS

Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, alínea “a” Lei n.º 14.133/2021)

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte entende como essencial e necessária a oferta de espaços adequados, seguros e qualificados para o atendimento no Centro Educacional Helga Follmann. Trata-se de um ambiente coletivo que deve estar em consonância com a realidade da demanda educacional, observando critérios de funcionalidade, acessibilidade, segurança e conforto.

Nesse sentido, a realização de melhorias na infraestrutura da unidade escolar configura-se como medida estratégica para qualificar o atendimento educacional, proporcionando um ambiente mais adequado ao desenvolvimento integral das crianças. Intervenções dessa natureza contribuem diretamente para o aprimoramento das práticas pedagógicas, bem como para a promoção do bem-estar, da segurança e da qualidade de vida dos alunos e profissionais da educação.

Além disso, a qualificação dos espaços físicos do Centro Educacional Helga Follmann fortalece as políticas públicas voltadas à educação básica, reafirmando o compromisso da Administração Municipal com a oferta de ensino de qualidade e com o desenvolvimento social da comunidade local.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução definida a partir da análise das alternativas apresentadas no Termo de Referência, anexo ao presente processo, consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, destinados à realização de melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann.

As intervenções compreendem serviços de natureza construtiva e de manutenção predial, incluindo adequações em alvenaria, reparos estruturais, pintura, bem como demais melhorias necessárias ao pleno funcionamento da unidade escolar,



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

conforme detalhamento constante nos projetos de engenharia, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos que integram o processo.

A solução proposta visa assegurar a execução dos serviços de forma integrada e padronizada, garantindo qualidade técnica, eficiência e conformidade com as normas vigentes, além de atender às necessidades identificadas para qualificação dos espaços físicos da unidade educacional.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Contratação de empresa para execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para Edificação de Alvenaria “Execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann”, conforme projetos de engenharia, planilhas e memoriais descritivos em anexo, tem natureza de serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do *caput* deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, a fim de executar serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

6.2. A obra será executada por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Estudo Técnico Preliminar.

6.3. O objeto a ser contratado possui escopo predefinido, com prazo de execução previsto em cronograma físico financeiro, estabelecido no memorial descritivo.

6.4. Tanto no memorial descritivo, como no cronograma físico-financeiro foram apresentados os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, assegurando a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, possibilitando a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

6.5. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos do artigo 6º, inciso XXXVIII, a), art.17, § 2º, art. 28, inciso II e art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. Os/As licitantes deverão demonstrar, por meio de atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o atendimento das exigências contidas no edital, no que se refere a contratações com outros órgãos públicos ou empresas privadas, no serviço de maior relevância, que no caso é o de Contratação de empresa para



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para Edificação de Alvenaria “Execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann”. Conforme projetos de engenharia, planilhas e memoriais descritivos em anexo.

6.7. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

6.8 A execução dos serviços deverá considerar, obrigatoriamente, o funcionamento regular do Centro Educacional Helga Follmann, de modo a não comprometer a rotina escolar, a segurança e o bem-estar das crianças e dos profissionais da educação. Para tanto, a contratada deverá adotar medidas de controle, isolamento e sinalização das áreas em intervenção, bem como, quando necessário, adequar o cronograma de execução para períodos que minimizem interferências nas atividades pedagógicas, podendo incluir a realização de serviços em horários alternativos, conforme orientação da administração da unidade escolar.

6.9 A execução dos serviços de pintura interna deverá ocorrer, obrigatoriamente, durante o período de recesso escolar, de modo a não interferir nas atividades pedagógicas e a garantir a segurança das crianças, dos profissionais da educação e demais usuários da unidade escolar. O recesso compreende a data de 23 a 31 de julho.

6.10. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010, Resolução nº 307 do CONAMA, e demais normas, resoluções e legislações pertinentes quanto ao assunto.

6.11. A contratada deve comprometer-se a adotar medidas e procedimentos referentes ao desenvolvimento nacional sustentável, observando as legislações vigentes.

6.12 . Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do objeto se dará através de empreitada por preço global (material + mão de obra), conforme art. 46 da lei 14.133/2021, de acordo com Memorial Descritivo e cronograma físico-financeiro.

7.2. Para atendimento do pleno êxito na execução do objeto, deverá ser observado as melhores técnicas aplicadas ao mesmo.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. LOCAL E HORÁRIO



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

8.1.1. O local se encontra-se definidos conforme Memorial Descritivo, Cronograma físico-financeiro e mapas, anexos ao processo.

8.1.2. A Contratada deverá respeitar sempre os horários e carga horária de seus colaboradores, conforme previsto na legislação trabalhista, a fim de evitar sanções.

8.2. PRAZO DE ENTREGA

8.2.1. O prazo para execução dos trabalhos será de 150 (cento e cinquenta dias) dias após assinatura e recebimento da ordem de serviço, conforme Memorial Descritivo e Cronograma físico-financeiro.

8.2.2. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

8.2.3. A Contratada terá até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura e recebimento da OS (Ordem de Serviço) para início dos trabalhos.

8.2.4. A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de aviso convocatório.

8.2.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.2.1. Após a assinatura do contrato deverá ser realizada reunião entre a Contratada, os fiscais e gestores do respectivo contrato para verificação de pendências, liberação de áreas, adoção de outras providências necessárias à regularidade do início da execução, alinhamento do cronograma, plano de fiscalização, plano de trabalho, obrigações contratuais, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis, dentre outros aspectos pertinentes.

8.2.1.1. Antes do início da execução, a Contratada deverá apresentar plano de implantação do canteiro de obras, logística de acesso, isolamento de áreas, circulação de materiais, horários de trabalho, medidas de segurança e mitigação de interferências nas atividades da unidade escolar, o qual deverá ser submetido à aprovação da fiscalização e da direção da unidade.

8.2.2. A emissão da Ordem de Serviço ocorrerá somente após a realização da reunião inicial e aprovação do plano de trabalho pela fiscalização.

8.2.3. O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

8.2.4. Com o objetivo de garantir a execução integral do objeto contratual, a Contratada deverá observar rigorosamente os projetos fornecidos, bem como todas as especificações constantes no Memorial Descritivo e demais documentos integrantes do processo licitatório.

8.2.4.1. Antes da mobilização plena da obra, a Contratada deverá proceder à compatibilização executiva dos projetos e comunicar formalmente à fiscalização qualquer inconsistência identificada.

8.2.5. Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e nos princípios gerais do direito administrativo.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

8.2.6. O início da obra somente será permitido após o registro e recolhimento da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao conselho profissional competente.

8.2.7. Os serviços não poderão ser iniciados sem a instalação da placa da obra, conforme padrão definido pelo Município de Tunápolis/SC, sendo que sua simples instalação não caracterizará o início da execução contratual.

8.2.8. Os serviços serão executados conforme cronograma físico-financeiro e plano de trabalho aprovados pela fiscalização, os quais integrarão o contrato para todos os fins legais. O desenvolvimento dos serviços deverá obedecer ao cronograma estabelecido.

8.2.9. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Município de Tunápolis/SC, por intermédio de profissionais devidamente habilitados e designados. A presença da fiscalização não exime a Contratada de suas responsabilidades pela execução dos serviços.

8.2.10. Sempre que houver necessidade de alteração de especificações ou substituição de materiais por equivalentes, a Contratada deverá apresentar solicitação formal, devidamente justificada e acompanhada da documentação técnica pertinente, para análise e aprovação da fiscalização.

8.2.11. A Contratada deverá manter responsável técnico devidamente habilitado durante toda a execução da obra, bem como encarregado permanente no local dos serviços durante o horário de trabalho.

8.2.12. Todos os funcionários da Contratada deverão estar devidamente identificados e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para cada atividade.

8.2.13. A Contratada será responsável pelos métodos executivos, materiais, equipamentos e ferramentas empregados, observando integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, meio ambiente e demais disposições pertinentes.

8.2.14. A Contratada deverá manter Diário de Obra atualizado, contendo no mínimo:

- a) Número de trabalhadores em atividade e respectivas funções;
- b) Quantidade de máquinas e equipamentos em operação;
- c) Etapas dos serviços executados;
- d) Condições climáticas;
- e) Ocorrências relevantes da obra;
- f) Determinações e comunicações da fiscalização.

8.2.15. O Diário de Obra deverá ser preenchido diariamente e rubricado pelo responsável técnico da Contratada e pela fiscalização, servindo como documento oficial de acompanhamento da execução contratual.

8.2.16. A execução deverá obedecer rigorosamente às especificações dos projetos, memoriais descritivos, normas da ABNT, legislações vigentes, normas técnicas aplicáveis e demais exigências estabelecidas pelo Município de Tunápolis/SC.

8.2.17. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

8.2.18. Quando exigido, caberá à Contratada a elaboração dos projetos executivos e a atualização dos projetos em decorrência de alterações ocorridas durante a execução, devendo apresentar, ao final da obra, o projeto "as built" como condição para o recebimento definitivo.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

8.2.19. Em conformidade com o art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, eventuais referências a marcas, modelos ou fabricantes constantes dos documentos técnicos terão caráter meramente referencial, admitindo-se materiais e equipamentos equivalentes ou superiores, desde que previamente aprovados pela fiscalização mediante comprovação técnica.

8.2.20. O Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias, Cronogramas, Projetos, ARTs/RRTs e demais anexos técnicos integram este Termo de Referência para todos os fins legais, constituindo documentos vinculantes da contratação. Em caso de divergência entre documentos, prevalecerá a solução que melhor assegure a adequada caracterização do objeto, a exequibilidade da contratação e a boa execução contratual, mediante interpretação sistemática do Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e Contrato.

8.2.21. Considerando que os serviços serão executados em unidade escolar em funcionamento, a Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos alunos, professores, servidores e demais usuários, incluindo isolamento das áreas de intervenção, sinalização adequada, controle de acesso, proteção contra queda de materiais, controle de poeira e ruído, bem como observância dos horários definidos pela direção da unidade escolar e pela fiscalização.

8.2.22. As atividades que impliquem maior risco operacional, geração excessiva de ruído, poeira ou interrupção de circulação deverão ser previamente programadas e autorizadas pela fiscalização, podendo ser executadas fora do horário regular de funcionamento da unidade escolar, sem ônus adicional para a Administração.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, toda e qualquer paralisação ou suspensão dos trabalhos, expondo, por escrito, os motivos que impossibilitaram e/ou deram causa ao evento;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- f) manter o canteiro de obras organizado, a fim de manter a segurança tanto de transeuntes quanto dos próprios colaboradores envolvidos nos trabalhos;
- g) Sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo para o CONTRATANTE.
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- i) Utilizar, na execução do(s) serviço(s) contratado(s), pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- j) Manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias.
- k) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE) DA EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), especialmente quanto à responsabilidade pela solidez e segurança da obra, sem prejuízo das demais garantias legais e contratuais aplicáveis.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato ou a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

12.5. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Tunápolis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

13. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

13.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

13.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

13.3. A apresentação da garantia contratual constitui condição para a assinatura do contrato, nos termos da legislação vigente

13.4. Em casos que houver necessidade de aditivo de prazo de contrato, fica a Contratada obrigada a renovar o seguro garantia, quando for optado por este.

13.5. A caução será restituída à Contratada somente após emissão do termo de recebimento definitivo.

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado terá como critério de medição e pagamento através de parcelas, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro anexo ao processo, o qual estabelece prazos, quantidades e valores.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 30 (trinta) dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Tunápolis, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E DA LIQUIDAÇÃO

16.1. Os serviços serão pagos de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, aprovados pela Secretaria Municipal de Educação, mediante fiscalização da obra.

16.1.1. No regime de empreitada por preço global, a remuneração da Contratada observará a execução física efetiva das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, vedado o pagamento de parcelas não executadas. Os quantitativos indicados na planilha orçamentária possuem caráter estimativo para fins de formação do preço global, sem prejuízo da obrigação da Contratada de entregar o objeto completo, funcional e em conformidade com o Projeto Básico e demais anexos contratuais.

16.2. As medições serão calculadas com base nas quantidades de serviços executados e considerando os preços unitários constantes da planilha de preços da licitante vencedora.

16.3. A medição dos serviços será realizada mensalmente, a partir do primeiro dia útil de cada mês, em conjunto com o responsável pela execução da Contratada e o fiscal da Contratante, ocasião em que será apurado o serviço concluído no mês anterior.

16.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.4.1. Atendimento integral das exigências do Termo de Referência, proposta, contrato, projetos e memoriais;

16.4.2. Qualidade dos serviços executados;

16.4.3. Adequação ao cronograma físico-financeiro.

16.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada:

16.5.1. Não produza os resultados acordados;

16.5.2. Deixar de executar, ou executar com qualidade inferior à mínima exigida, as atividades contratadas;

16.5.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos, ou os utilizar em desconformidade com as especificações técnicas ou em quantitativo inferior ao necessário.

16.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

16.7. Para a presente contratação não haverá previsão de pagamento antecipado. Os pagamentos serão realizados exclusivamente em função dos serviços efetivamente executados, liquidados e devidamente atestados pela fiscalização, observando-se o cronograma físico-financeiro.

16.8. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização suspender o ateste da medição final até a completa regularização das pendências identificadas no recebimento provisório.

16.9. Os ensaios, testes e demais provas necessárias à aferição da boa execução do objeto contratual, quando exigidos por normas técnicas oficiais, correrão por conta da Contratada.

16.10 LIQUIDAÇÃO

16.10.1 As notas fiscais deverão ser entregues até o dia 15 (quinze) de cada mês.

16.10.2. Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, devidamente instruído, iniciar-se-á o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de liquidação da despesa.

8.3.3. A nota fiscal deverá obrigatoriamente estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a. Certidões negativas;
- b. CNO;
- c. Planilha de medição;
- d. Memorial de cálculo;
- f. Diário de obras;
- g. Relatório de ensaios;
- h. Relatório fotográfico dos serviços executados.

16.10.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos do artigo 6º, inciso XXXVIII,

a), art.17, § 2º, art. 28, inciso II e art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF);
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, através de planilhas de composição de custos, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto;
- c) a Planilha Orçamentária deverá estar assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA deverão estar apostos de maneira legível;



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

- d) Cronograma Físico-Financeiro, devidamente assinado(s) pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA deverão estar apostos de maneira legível;
- e) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- f) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- g) assinatura do responsável legal da empresa.

18.2. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste termo de referência, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

18.3. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

19. HABILITAÇÃO

19.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

19.2. Habilitação Jurídica

19.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

19.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal oficial do Governo Federal.

19.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

19.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento.

19.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

19.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo correspondente no registro competente, com averbação no registro onde tem sede a matriz.

19.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

19.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

19.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

19.3.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais da sede do licitante.

19.3.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais da sede do licitante.

19.3.4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias.

19.3.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

19.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

19.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda competente ou documento equivalente.

19.4. Qualificação Econômico-Financeira

19.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

19.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); 9.4.4.3. Apresentação das demonstrações contábeis, que se fará da seguinte forma:

a1) As Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade por Ações – S.A.), deverão apresentar Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado) dos dois últimos exercícios social, conforme art. 1078 do código civil, devendo estar, obrigatoriamente, assinado e carimbado por profissional técnico responsável pela confecção dos mesmos e registrado no órgão competente;

a2) As demais sociedades (por quota de responsabilidade limitada, individuais, microempresas, etc.), mesmo optantes pelo Simples ou Lucro Presumido, deverão apresentar Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado) dos dois últimos exercícios social, EXTRAÍDAS DO LIVRO DIÁRIO, conforme art. 1078 do código civil, devendo estar, obrigatoriamente, assinado e carimbado por profissional técnico responsável pela confecção do mesmo, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados pela Junta Comercial do Estado, sede da proponente;

a3) As empresas que tenham sido constituídas no ano da instauração do presente processo licitatório, visando primar pelo princípio da isonomia entre os participantes, a SAF/PMP/SC deverá apresentar Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado – o Balanço de Abertura) que reflita a situação patrimonial, devendo estar autenticada pela Junta Comercial do Estado sede da proponente, bem como assinado e carimbado por profissional técnico responsável pela confecção do mesmo;

a4) Caso a empresa realize a Escrituração Contábil e o registro das Demonstrações Contábeis por meio de sistemas informatizados, esta deverá apresentar o recibo de entrega do livro digital, termo de abertura e encerramento, Balanço patrimonial e demonstração do resultado;

a5) Caso a empresa realize a Escrituração Contábil e o registro das Demonstrações Contábeis por meio de sistemas informatizados, esta deverá verificar o prazo legal de entrega no órgão competente de acordo com a LEI FEDERAL Nº 10.406/2002 disposto no art.1078;

19.4.3. Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), do último exercício social, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa:



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

- Liquidez Geral (LG) superior a 1,00;
- Solvência Geral (SG) superior a 1,00;
- Liquidez Corrente (LC) superior a 1,00.

LG = Liquidez Geral
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável em Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível em Longo Prazo

LC = Liquidez Corrente

PNC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

SG = Solvência Geral

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$
$$LC = \frac{AC}{PC}$$
$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

19.4.5. As empresas que tenham sido constituídas no ano da instauração do presente processo licitatório, visando primar pelo princípio da isonomia entre os participantes, deverão apresentar Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado – o Balanço de Abertura) que reflita a situação patrimonial, devendo estar autenticada pela Junta Comercial do Estado sede da proponente, bem como assinado e carimbado por profissional técnico responsável pela confecção do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

19.4.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

19.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19.4.8. Patrimônio Líquido, de no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

19.5. Qualificação Técnica

Para qualificação técnica operacional e profissional, a licitante deve apresentar os seguintes documentos:

19.5.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade.

19.5.2 As sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no subitem anterior por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, nos termos do art. 67, § 7º, da Lei nº 14.133/2021 (Lei nº 14.133/2021, art. 67, § 7º).

19.5.3 As exigências de qualificação técnico-operacional correspondem às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, tendo sido definidas com base na necessidade de assegurar aptidão compatível para a execução contratual, observadas a complexidade da obra, a proporcionalidade e a vedação de restrição indevida à competitividade.

19.5.4 Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar certidões, atestados ou outros documentos hábeis, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, e, quando cabível, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem a execução anterior, de modo satisfatório, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

19.5.6. Para fins de qualificação técnico-operacional, consideram-se parcelas de maior relevância técnica do objeto, admitida a comprovação mediante um ou mais atestados, inclusive por somatório, desde que demonstrada a execução anterior dos seguintes serviços similares, em características e complexidade equivalentes ou superiores:

a) . Execução de serviços de pintura em edificações, com quantitativo mínimo de 1000 m².

b) Execução de muro de arrimo, com quantitativo mínimo de 20 m².

19.5.7. Os quantitativos mínimos exigidos no subitem anterior correspondem às parcelas de maior relevância técnica do objeto e foram definidos em conformidade com o limite legal de até 50% das parcelas relevantes, com fundamento na necessidade de assegurar aptidão suficiente para a execução contratual, sem restrição indevida à competitividade (Lei nº 14.133/2021, art. 67, §§ 1º e 2º).

19.5.8. Para comprovação da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá apresentar profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, compatível(is) com a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância do objeto, admitida a composição por especialidade, contemplando, no mínimo:

a) . Execução de serviços de pintura em edificações, com quantitativo mínimo de 1000 m².

b) Execução de muro de arrimo, com quantitativo mínimo de 20 m².

19.6. Será admitida a comprovação da qualificação técnico-profissional por mais de um profissional, conforme a especialidade técnica envolvida.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

19.6.1. A empresa licitante deverá, no ato da assinatura do contrato com a Administração Pública, apresentar comprovação de vínculo do referido profissional detentor da certidão de acervo técnico (CAT) apresentada anteriormente na licitação. O profissional detentor da certidão de acervo técnico (CAT) deve acompanhar a execução dos serviços em sua totalidade, ficando a substituição sujeita à aprovação pela Prefeitura, devendo ser de experiência equivalente ou superior, considerando as exigências deste Termo de Referência. O não atendimento destes requisitos acarretará na inabilitação da empresa licitante.

19.6.2. Declaração que dispõe de pessoal técnico, instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme anexos do Edital.

19.6.3. Declaração de pleno conhecimento do projeto básico e todos os elementos necessários que integram o termo de referência, do local da obra e de suas especificidades, e de que tomou conhecimento das condições e peculiaridades inerentes aos serviços, de todos os recursos de material e mão de obra existente na região, assinada pelo responsável legal ou responsável técnico inscrito no conselho de sua competência, conforme anexos do Edital.

19.6.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.6.5 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

19.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

19.8. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem o mesmo profissional como responsável técnico, será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de vínculo efetivo com a empresa vencedora no momento da contratação

Justificativa da necessidade de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica: Justifica-se tal comprovação devido ao fato de que os serviços se desenvolvem, principalmente, no centro e locais de grande movimento e interferência. Assim, as empresas precisam ter uma experiência mínima dos serviços exigidos, pois são relevantes para a execução do objeto e determinantes para qualidade técnica da execução efetiva, prezando sempre pela melhor aplicação do dinheiro público e efetividade da realização das obras a serem projetadas pelo objeto em tela, bem como razão da natureza técnica do objeto pretendido, conforme art. 6º, inciso XXI, alínea a) da Lei nº 14.133/2021.

19.9. VISTORIA

(X) Sim () Não () Opcional (X) Obrigatória.

Justificativa da necessidade de vistoria obrigatória: A vistoria técnica será exigida a fim de mitigar possíveis erros no momento da execução do objeto, anulando a possibilidade da contratada alegar desconhecer o(s) local(is), suas peculiaridades, considerando que a execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para Execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann, centro, conforme projetos de engenharia, planilhas e memoriais descritivos em anexo. Tal requisito encontra amparo legal junto a Lei nº 14.133/2021, conforme art. 63, § 2º, devendo o edital prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme disciplina o § 3º do respectivo artigo. Para avaliação prévia do local de



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

execução, conforme art. 63, § 4º, o licitante, através de técnico representante da empresa, poderá contatar a equipe técnica da Prefeitura Municipal, até o dia útil que antecede a licitação, com o engenheiro Leonardo Ives Massing Moreira.

19.10. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

19.10.1. Para a execução do objeto, na excelência do seu atendimento, a CONTRATADA deverá aplicar todas as técnicas disponíveis no mercado, sejam as normas do DNIT que melhor embasam a utilização dos materiais e técnicas pertinentes ao mesmo, normas ambientais e/ou normas específicas da ABNT – NBR, bem como Normas internacionais consagradas; Legislação Federal e Distrital referente ao tema.

19.11. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

19.11.1. Projeto da reforma Responsável técnico: Jonatan Cardoso de Oliveira, Engenheiro Civil, CREA/SC 143410-3, conforme ART 10483927-8, Empresa Contratada pelo município através de processo de pregão eletrônico: **ENGEPROSUL ENGENHARIA LTDA. Celular para contato 47 9637-5749.**

19.11.2. Fiscalização da obra A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, com qualificação compatível com as disciplinas técnicas envolvidas.

19.11.3. Responsabilidade da contratada na compatibilização executiva Compete à contratada promover, antes da mobilização plena da obra e durante sua execução, a compatibilização executiva entre os projetos e documentos técnicos da contratação, comunicando formalmente à fiscalização qualquer inconsistência, omissão, interferência ou incompatibilidade identificada, sem promover alterações unilaterais de concepção, especificação ou solução técnica.

19.11.4 Responsabilidade pela execução A contratada deverá manter responsável(is) técnico(s) habilitado(s) pela execução da obra, com emissão da(s) respectiva(s) ART(s)/RRT(s), observadas as especialidades necessárias ao objeto contratado.

19.12. JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES

19.12.1 PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS.

() Sim (x) Não

Justificativa da vedação: Embora o art. 15 da Lei 14.133/2021 apresente a possibilidade de participação, justifica-se que tal vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, não há nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

19.13 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.

() Sim (x) Não

Justificativa da vedação: Previsto nos artigos 9º, inciso I, “a” e 16 , tem-se: Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, bem como os princípios trazidos pela Lei 14.133/21 no seu art. 5º, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e conseqüente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido, o qual apresenta prazo pré definido conforme documentação que embasou o processo, principalmente quanto ao cronograma físico-financeiro. Temos ainda que observar o PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o qual considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de existência de subordinação jurídica entre os cooperados e a cooperativa, bem como entre os mesmos e o tomador de serviços, o qual se configura no presente caso, uma vez que haverá tal subordinação em razão da natureza do objeto. Tal fato encontra-se referido, também, na Súmula 281 do TCU. SÚMULA TCU 281:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.

Cabe salientar que a admissibilidade das cooperativas traria prejuízo ao certame uma vez que a competitividade restaria prejudicada em razão dos compromissos em serem honrados pelas empresas que precisam arcar com custos de pessoal envolvido nas atividades, em razão da legislação trabalhista.

Por fim, cabe aqui salientar a preocupação da administração pública municipal em mitigar futuros desprazeres na possibilidade de contratar “falsa cooperativa”, que, conforme trazido pela redação do PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, muitas vezes na verdade são empresas que adotam tal regime jurídico mesmo estabelecendo relação de subordinação com os trabalhadores atuantes na execução da atividade contratada, mas que figuram temporariamente como cooperados. Tal embuste costuma ser detectado posteriormente pela Justiça Trabalhista, o que pode gerar a responsabilização trabalhista do tomador dos serviços, restando por fim, prejudicado também, o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU, nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, que tramitou perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1. Valor conforme cronograma físico-financeiro e planilhas elaboradas pela área técnica da Prefeitura Municipal de Tunápolis, através de engenheiro de seu quadro funcional.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	“Execução com fornecimento de materiais e prestação de serviços para melhorias na infraestrutura do Centro Educacional Helga Follmann”. Conforme projetos de engenharia, planilhas e memoriais descritivos em anexo.	UNID.	1	R\$ 317.015,20	R\$ 317.015,20
TOTAL				R\$317.015,20	

Os quantitativos foram mensurados conforme Projetos Básico, constando detalhado no Memorial de Cálculo, ambos anexos ao processo. Os custos unitários foram referenciados sempre que possível nas tabelas Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil) ou Sicro (Sistema de Custos Referenciais de Obras), e por meio de composições próprias/cotações no caso de serviços específicos não encontrados nas respectivas tabelas citadas anteriormente.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento da Secretaria de Educação Cultura e Esporte da dotação orçamentária abaixo descrita:

INFORMAÇÃO DA DOTAÇÃO:

Dotação nº sintético: 81,414

Orgão 04

Fundional 001203610005

Ação 1031 Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física de Ensino (Ensino Fundamental)

Código 44905107 REFORMA

Vinculo 150010011105 Recursos - Educação

250010011105

22.2. SUBCONTRATAÇÃO

22.2.1. É vedada a subcontratação integral do objeto.

22.2.2. Para aspectos técnicos específicos, a qualificação técnica poderá ser demonstrada por meio de atestados relativos ao potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (§ 9º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

22.2.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei 14.133/21.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

22.2.4. Durante o processo licitatório é vedada a participação de empresa como subcontratada e licitante principal simultaneamente.

22.2.5. Durante a execução da obra, é vedada a subcontratação de empresa que participou do processo licitatório como licitante principal.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

23.1. No entendimento do presente Termo de Referência apresentar os quesitos básicos para uma boa contratação, finalizamos.

23.2. Demais informações complementares, bem como dúvidas poderão ser sanadas junto ao Setor de Orçamento bem como com o Departamento de Engenharia do Município de Tunápolis.

Tunápolis, SC 20 de maio de 2026

Tatiane Thomas
Gestor

LEONARDO IVES MASSING MOREIRA
Fiscal

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021, autorizo a elaboração de Processo de Licitação.

Naíssa Carmine Schaurich
Secretária de Educação, Cultura e Esporte